

A.I. Nº - 206922.0041/21-9
AUTUADO - KÁTIA CUNHA MELO MOREIRA DOS SANTOS
AUTUANTE - MARCOS LOPEZ COSTA SANTOS
ORIGEM - DAT METRO/INFAZ ITD
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 17.02.2022

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0019-06/22-VD

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. Documentos anexados pela Defendente elidem a acusação fiscal. A transmissão “CAUSA MORTIS”, efetivada no presente caso, refere-se a imóvel situado em outro Estado da Federação. Na Informação Fiscal, o Autuante acata os fatos arguidos pela Impugnante, expressamente concordando. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrada em 27/01/2021, exige do Autuado ITD no valor de R\$21.176,83, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.01: falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos.

Enquadramento Legal: art. 1º, inciso III da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

A Autuada apresenta peça defensiva (fls. 18/77), alegando inicialmente a tempestividade da impugnação e requerendo a suspensão do crédito tributário, com base no art. 15, inciso III do CTN.

Assevera que o bem recebido pela Autuada situa-se no município de Belo Horizonte/MG, conforme docs. 05 e 07, anexos à defesa, e que o inventário que culminou na transferência “causa mortis” da titularidade do imóvel para a Autuada se processou naquele Estado, não havendo margem para se cogitar competência tributária do Estado da Bahia sobre o fato gerador em lide. Tudo com base no art. 155, §1º, incisos I e II da Constituição Federal. Pelo que entende que deva ser julgado nulo o lançamento.

Subsidiariamente, afirma a decadência do lançamento, com base no art. 156, inciso V do CTN, vez que a sentença de partilha ocorreu em 13/09/2012 (doc. 06), inclusive após o pagamento do ITCMD ao Estado de Minas Gerais (doc. 07).

Finaliza a peça defensiva, requerendo: 1) a habilitação do advogado signatário, com expedição exclusiva de toda e qualquer comunicação para o endereço eletrônico e telefone informados no rodapé da defesa; 2) determinar a suspensão do crédito tributário; 3) acolher a presente defesa; 4) julgar extinto o crédito tributário, devido à ausência de competência tributária; e 5) subsidiariamente extinção do crédito ante o decurso do prazo decadencial.

Na Informação Fiscal (fl. 79), o preposto fiscal designado para o feito, haja vista a aposentadoria do Autuante (fl. 78), inicialmente reproduz o conteúdo da argumentação da Autuada, para em seguida afirmar ter sido elidida a cobrança do ITD contida no presente lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

O Auto de Infração em lide exige da Autuada ITD no valor de R\$21.176,83 e é composto de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de créditos. O Contribuinte declarou uma doação recebida de R\$605.052,40 no Imposto de Renda, ano calendário 2015. Registre-se que a SEFAZ/BA tomou conhecimento da doação a partir de dados informados pela Receita Federal, através de Convênio de Cooperação Técnica.

Cumpra destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais, e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

No presente Auto de Infração foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, a Autuada alega que o bem recebido situa-se no município de Belo Horizonte/MG, conforme docs. 05 e 07, anexos à defesa, e que o inventário que culminou na transferência “causa mortis” da titularidade do imóvel para a Autuada se processou naquele Estado, não havendo margem para se cogitar competência tributária do Estado da Bahia sobre o fato gerador em lide.

Subsidiariamente, afirma a decadência do lançamento, com base no art. 156, inciso V do CTN, vez que a sentença de partilha ocorreu em 13/09/2012 (doc. 06), inclusive após o pagamento do ITCMD ao Estado de Minas Gerais (doc. 07).

Finaliza a peça defensiva, requerendo a extinção do crédito tributário, devido à ausência de competência tributária e, subsidiariamente, a extinção do crédito ante o decurso do prazo decadencial.

Na Informação Fiscal (fl. 79), o preposto fiscal afirma, com base nas argumentações da Autuada, ter sido elidida a cobrança do ITD contida no presente lançamento.

Compulsando os documentos constantes nos autos, em particular a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física da Autuada, ano calendário 2015 (fls. 41 a 55), bem como a cópia do documento de “CERTIDÃO DE PAGAMENTO/DESONERAÇÃO DE ITCD”, emitido em 25/06/2012, pela Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais (fl. 62), não restam dúvidas de que a transmissão “CAUSA MORTIS”, no valor de R\$605.052,40, declarada pela Autuada na DIRPF 2016/2015, refere-se a um imóvel situado na Rua Padre Odorico, 255, Belo Horizonte, Minas Gerais. Pelo que, nos termos do art. 155, §1º, incisos I e II da Constituição Federal, entendo descaber a exigência contida no presente lançamento.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **206922.0041/21-9**, lavrado contra **KÁTIA CUNHA MELO MOREIRA DOS SANTOS**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 01 de fevereiro de 2022

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR